

**CONTRATO Nº. 35/2023**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2023**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2023**

**O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, senhor Clodoaldo Briancini, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **M N DE O RIBEIRO CONSULTORIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 17.076.626/0001-84, com sede na AV DOUTOR BELMINO CORREIA, CAMARAGIPE/PE, representada por **MANUELLE NUNES DE OLIVEIRA RIBEIRO**, inscrito(a) no CPF n.\*\*\*.758.974-\*\*, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação 49/2023 modalidade Pregão ELETRÔNICO nº 16/2023, e que se regerá pela Lei n. 10.520/02 e 8.666/93, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EFETUAR CAPACITAÇÃO DE FAMILIAS ACOLHEDORAS, PARA EFETUAR PALESTRA MAGNA E PARA EFETUAR CAPACITAÇÃO/HABILITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ESCUTA ESPECIALIZADA DO MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA.**

1.2. O edital e seus anexos são partes integrantes deste contrato como se transcritos fossem.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO**

2.1 - O prazo de entrega dos serviços será de acordo com o cronograma expedido pela secretaria solicitante após emissão da (a) Autorização de fornecimento.

2.1.1 – As datas prováveis para cada evento, bem como o endereço dos locais para execução dos serviços estão descritos neste termo, mas serão confirmados e encaminhados junto na Autorização de Fornecimento.

2.2 - A contratada deverá executar os serviços de acordo com o descritivo do objeto e conforme as orientações da secretaria solicitante, de forma presencial no Município de Cordilheira Alta/SC.

**PARA REALIZAÇÃO DA CAPACITAÇÃO DAS FAMILIAS ACOLHEDORAS**

A capacitação para as famílias acolhedoras será realizada em dois módulos, divididos em dois dias com carga horária de oito horas por dia. Datas previstas: 22 e 23 de maio de 2023 e deverá ser realizada conforme descrito:

Modulo I: Capacitação para as famílias acolhedoras sobre o acolhimento de crianças e adolescentes: A relação entre Suas, Acolhimento familiar e os

princípios do acolhimento; direito a convivência familiar e o lugar do acolhimento familiar na nova lei de adoção; Motivos que levam ao acolhimento de crianças e adolescentes; Ética na atuação com crianças e adolescentes em acolhimento; Dimensões psicológicas do acolhimento institucional para crianças e adolescentes; Atenção e cuidados necessários referentes/adequados a idade de cada acolhido (afeto, carinho, vínculo, desenvolvimento de cada fase, valorização das potencialidades); Como realizar o manejo dos acolhidos em diferentes fases do desenvolvimento: Adolescentes e crianças; Indisciplina e limites: como desenvolver uma relação saudável nos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes; Atividades a serem desenvolvidas com crianças e adolescentes através da interação educador/cuidador e acolhido.

Modulo II: Capacitação para equipe técnica sobre o acolhimento familiar: Trabalho com a família de origem; Desligamento gradativo; Adoção; Apadrinhamento efetivo; Plano individual de atendimento; Projeto político pedagógico; papeis da rede (fluxograma); papeis de equipe técnica.

### **PARA REALIZAÇÃO DA PALESTRA MAGNA**

A 13ª Conferência Municipal de Assistência Social acontecerá no turno vespertino (13h30 às 16h45), com data prevista para o dia 16 de junho de 2023, no Auditório da Prefeitura Municipal. A prestação de serviços da CONTRATADA deverá ser realizada conforme descrito:

1- Realização da palestra magna da Conferência Municipal de Assistência Social com o tema: “Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos”; 2- Envio de modelo dos documentos organizativos da conferência (decreto/resolução de convocação da Conferência Municipal, resolução da criação da Comissão Organizadora da Conferência, Lista de presença da Conferência Municipal, regimento interno da Conferência Municipal, crachás para divisão de grupos, ficha dos delegados eleitos para a Conferência Estadual, ficha de avaliação da Conferência Municipal); 3- Realização de apoio técnico para condução dos trabalhos: auxílio e supervisão nos eixos contribuindo para o debate das temáticas, contribuição na formulação e elaboração das propostas, eleição dos delegados para a Conferência Estadual e plenária final da Conferência Municipal; 4 – Eixos a serem discutidos na Conferência: Eixo 1- FINANCIAMENTO: Financiamento e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos para garantia dos direitos socioassistenciais contemplando as especificidades regionais do país; EIXO 2 - CONTROLE SOCIAL: Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas; EIXO 3 – ARTICULAÇÃO ENTRE OS SEGMENTOS: Como potencializar a participação social no SUAS? EIXO 4 – SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS: Universalização do acesso e a integração das ofertas dos serviços e direitos no SUAS; e EIXO 5 – BENEFÍCIO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA: A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito a garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS.

2.3 - A contratada deverá estar com antecedência ao local da prestação dos serviços, e preparada para iniciar no horário estipulado.

2.4 - Em caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, a contratada será obrigada a substituir/ corrigir os serviços sob pena das sanções possíveis.

2.5 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

2.6 - Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias, contados da notificação da contratada, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

2.7 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

2.8 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

3.1. O presente contrato terá sua vigência até 31/12/2023

### **CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL**

4.1. Pela execução do objeto/ fornecimento dos bens previstos na Cláusula Primeira, o Contratante pagará à Contratada\* o valor de R\$ 5.390,00 (Cinco mil trezentos e noventa reais e noventa).

### **CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1 O pagamento ocorrerá em até 30 dias após o recebimento do objeto, mediante a apresentação de documento fiscal devidamente atestado pela Secretaria Solicitante.

5.2. – A contratada deverá encaminhar a nota de acordo com as informações contidas na AF emitida pelo Município.

5.3. As despesas decorrentes da prestação dos serviços locação objeto deste edital correrá a cargo da dotação: (Projeto Atividade 2.006, 2.099, Elemento 3.3.90 Complemento do elemento 86, 89. Despesas previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2023.

### **CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA**

6.1. Não haverá prestação de garantia.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº

8.666/1993 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

7.2. A rescisão contratual poderá ser:

7.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

7.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

## **CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTES**

8.1. - Os preços serão fixos e irreajustáveis durante o período de 12 (doze) meses.

## **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES**

9.1 - São obrigações da Contratante:

9.1.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.1.6 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.1.7 - A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

9.2 - São obrigações da contratada:

9.2.1- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.2.2- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

9.2.3 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.2.4 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.2.5 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.6 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.7- Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

10.1.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

10.1.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, e ainda, multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

10.2. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 10.1.2 e 10.1.3 será o valor inicial do Contrato.

10.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida 10.4. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

10.5. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a CONTRATADA que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

10.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

10.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

11.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO**

12.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.



### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**

13.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO**

14.1 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

14.1.1 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela servidora **Caroline Horn, matrícula nº 13822.01**, que atuará como representante institucional nos termos do artigo 67 da Lei 8666/93.

14.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3 - O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### **CLÁUSULA QUINTA - DO FORO**

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Cordilheira Alta, SC, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

---

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal

---

M N DE O RIBEIRO CONSULTORIA,

17.076.626/0001-84  
MANUELLE NUNES DE OLIVEIRA RIBEIRO  
Contratada

Testemunhas:

---

Angelita Gabriel  
CPF: \*\*\*.893.109-\*\*

---

Laura Muniz da Silva  
CPF: \*\*\*241.889\*\*